

DA IDENTIDADE PARA A SOLIDARIEDADE¹

FROM THE IDENTITY TO THE SOLIDARITY

David HOLLINGER²
Universidade de Berkeley

Resumo: O ensaio trata das diferentes interpretações a que nos levam as palavras identidade e solidariedade, mais especificamente nos Estados Unidos, uma vez que a diversidade étnico-cultural é muito vasta. O conceito de solidariedade se ajusta melhor a certas comunidades, uma vez que os indivíduos se solidarizam com seu próximo, afiliam-se uns aos outros, porque podem compartilhar seus ideais e contar com esses próximos, mais do que com o resto da população.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Solidariedade; Afiliação.

Abstract: The essay points to different interpretations for the words identity and solidarity, more specifically in the United States, because of the huge ethnic-cultural diversity. The concept of solidarity is best suited to certain communities, as individuals recognize in their neighbor a person who best can support and also can share the needs, rather than the rest of the population. We can affirm that solidarity leads us to an affiliation: the several “us” that builds different communities.

KEY WORDS: Identity; Solidarity; Afiliation.

Quem pertence a quem? E com que propósito e que autoridade? Onde e por que as reivindicações de ascendência, religião, nacionalidade, posição econômica, ideologia, sexo e "civilização" prevalecem uns sobre os outros na competição pela lealdade dos indivíduos numa época em que a integração global aumentou? Quanto nós devemos à 'nossa própria natureza' - seja lá o que isso pode significar e quanto devemos a 'estranhos', ou seja, para o resto da humanidade? Nossos observadores mais exigentes, muitas vezes concluem “os limites da responsabilidade estão sendo cada vez mais contestados”.¹

O problema da solidariedade está se configurando como o problema do século XXI, ainda que o ponto central deste problema em nosso tempo, e, para nosso aparente futuro, seja frequentemente obscurecido pela popularidade do termo identidade.² Essa palavra soa como uma referência para uma estável, se não estática, condição em grande parte cultural e psicológica, mas a palavra como comumente usada nos Estados Unidos durante as últimas décadas, de fato, funcionou para atribuir papéis políticos e sociais para indivíduos e para sinalizar expectativas apenas para quem vai compartilhar de causas comuns. Compartilhar uma identidade com outras pessoas é sentir solidariedade para com elas: nós devemos a elas algo especial e acreditamos que podemos contar com elas de certa forma, e que não podemos contar com o resto da população. Agarrar-se a uma verdadeira identidade de outrem é fixar-se e em bases presumivelmente primordiais, conexões vitais com outras pessoas além da família.

¹ Tradução Luci Mendes de Melo Bonini. Dada a característica ensaística do texto, optou-se por manter a formatação da publicação original do autor no que se refere às referências, que ficaram como notas de fim, enquanto no texto original ficaram como notas de rodapé.

² Membro da Academia Americana desde 1997, é professor na Preston Hotchkis de História Americana na Universidade de Berkeley. É editor do livro “The Humanities and the Dynamics of inclusion since Worl War II (2006). Seu livro “Post Ethnic America: Beyond the multiculturalism” foi republicado e expandido na edição do décimo aniversário. Ele também é coeditor do livro “Reappraising Oppenheimer” com Cathryn Carson, 2005.

O que exatamente eu quero dizer com 'solidariedade' e por que eu caracterizo isso como um problema? Como este problema se relaciona ao 'problema da questão da cor', que W. E. B. Du Bois, um século atrás, chamou de 'problema do século XX'? Como a noção de identidade atrasou uma revisão integral do reconhecimento do escopo e da urgência do problema da solidariedade? Este ensaio aborda estas questões.³

Solidariedade é uma experiência de afiliação desejada. Alguns podem preferir falar 'Comunidade', mas este uso borra os contornos conceituais mais do que esclarece. Esta palavra muitas vezes serve simplesmente para classificar as pessoas, denotar um grupo determinado por uma ou mais características compartilhadas por seus membros – se esses membros atuam ou não juntos. Daí falar: nós da 'Comunidade Imobiliária', 'Comunidade gay', 'Comunidade asio-americana', 'comunidade científica', 'Comunidade nacional', 'Comunidade do ocidente superior', 'comunidade manufatureira', 'Comunidade do golfe', e assim por diante, para dizer a diferença entre o que pode ser um grupo organizado por interesses coletivos ou, ainda, um grupo indivíduos que compartilham uma coletividade com um traço distintivo, uma prática, ou local de residência.⁴

'Solidariedade' nos serve melhor, se usamos para especificar um estado de existência social mais específico do que significa "Comunidade". Solidariedade envolve um alto grau de comprometimento consciente, encontrado apenas quando as partes de uma afiliação exercitam ao menos alguma mensuração ou censo, se apenas conscientemente afirmar uma afiliação para a qual eles nasceram. A experiência da solidariedade é mais ativa do que meramente em uma associação comunitária. Quando a palavra solidariedade entrou na língua inglesa no meio do século XIX, ela foi entendida como a qualidade que algumas comunidades tinham e outras não. A palavra inglesa para 'comunidade' data de muitos séculos e denota um corpo de indivíduos.⁵ A solidariedade é mais performática do que a comunidade. A solidariedade implica um apelo especial, mesmo que modesto em dimensões, que esses indivíduos têm entre si a energia, a compaixão e os recursos.

O que está para uma questão semântica pode ser iluminada quando se considera a noção popular de uma 'comunidade de destino'. Os judeus frequentemente têm sido descritos como uma comunidade de destino. Este termo geralmente se refere a uma coletividade cujos membros têm sido objeto de um único conjunto de constrangimentos históricos. Muitos judeus também se afiliam um ao outro, afirmam identidade judaica e se constituem numa vigorosa e sustentável solidariedade. Mas nem todos os membros da comunidade judaica de destino demonstram significativa solidariedade com outros judeus. A mesma distinção pode ser aplicada a pessoas negras nos Estados Unidos, outro grupo de descendentes bem definidos, assim como as mulheres e qualquer grupo populacional cujos membros têm sido tratados por algumas pessoas que exercem o poder sobre eles de forma drástica ou de maneira específica. Uma Comunidade de destino frequentemente sustenta a solidariedade, mas o problema da solidariedade emerge somente quando o papel do destino é complementado pela ação de forças outras que criaram uma determinada comunidade de destino para começar.

O feminismo é uma solidariedade, mas as mulheres não o são. O judaísmo é uma solidariedade, mas mesmo tendo um ancestral judaico, como uma mãe judia, por exemplo, para referir-se a um dos critérios clássicos para ser identificado como um judeu, também não significa que seja uma solidariedade. A Comunidade sino-americana é uma solidariedade para muitos americanos de ascendência chinesa, mas nem todos os americanos de ascendência chinesa são igualmente investidos nela de forma igual e alguns podem ser completamente indiferentes a ela. Perderemos o caráter e o escopo do problema da solidariedade se nós compararmos a solidariedade como uma mera posse de um conjunto de traços ou de antecedentes ou confinamentos. Por outro lado, o problema da solidariedade é real quando há ao menos alguma oportunidade de escolha, quando pessoas são capazes de exercitar alguma influência sobre esse 'nós' que eles ajudam a construir.

O problema da solidariedade está em questão quando as pessoas são capazes de realmente perguntar, quem somos 'nós'? Este 'nós' não é novo, mas agora emerge com alguma urgência em

uma escala de imposição de definições. A questão do 'nós' não pressiona ela mesma sobre indivíduos que são supremamente confidentes sobre indivíduos que são supremamente confiantes sobre os grupos aos quais pertencem, e aos quais eles são mais profundamente comprometidos. Tais pessoas conhecem suas '*identidades*' básicas mesmo por que já lhes disseram essas coisas repetidamente. Eles podem nunca ter tido motivos para questioná-las e podem nunca ter sido permitida alguma escolha nesse sentido. Inscrição incontestada dessas pessoas tem sido sempre um adesivo forte e ainda é. Mas, para milhões de pessoas em várias partes do mundo atual, uma multiplicidade de eventos, alguns mundialmente históricos tem desafiado esta confiança.

Destaca-se entre os eventos que nos habilitam a reconhecer o problema da solidariedade é a integração acelerada da economia do capitalismo global e seus sistemas agregados de comunicações. Novas afiliações são criadas, enquanto as antigas são dissolvidas. "Tudo que é sólido se desmancha no ar", Karl Marx e Friedrich Engels observaram ainda no capitalismo de sua época. O capitalismo tem suas próprias fontes de estabilidade, mas tem pouco respeito por qualquer afiliação que não se adapte aos seus próprios fins. Migrações demográficas que frequentemente atendem à dinâmica da economia do capitalismo mundial é outro grande fenômeno de ameaça as associações herdadas. O movimento em massa de pessoas não é nada novo, mas agora o vemos numa proporção enorme, criando diásporas nos centros industriais mais antigos da Europa e da América do Norte e a criação de megacidades se alastrando como Lagos e São Paulo, que nossos demógrafos nos dizem que esta é a principal questão no crescimento da população na próxima metade de século. Esta mobilidade física afeta ambos: migrantes e povos que se movem para trabalhar: os migrantes e seus descendentes podem ser divididos entre consciência diaspórica e nova identidade nacional ou regional enquanto grupos com uma relação proprietária com a terra e suas instituições - tais como os britânicos e os holandeses e muitos outros classicamente europeus que vêm se juntar com a realidade da imigração – imagino se os recém-chegados alteram o caráter de seus '*nós*'.

Como o exemplo europeu de incertezas sobre a imigração ilustra: ficar em casa não é uma fuga do problema da solidariedade. Outros eventos perturbadores podem vir a você, mesmo se você não agitar. Mudanças de governo e o declínio dos impérios e a imigração podem levantar a questão do '*nós*' para as pessoas que insistem em ficar. Uma série de estados pós-soviéticos da Ásia Central e do Leste Europeu afirmaram que seu próprio povo contra a identidade soviética de um passado recente. Russos nos estados bálticos e de outros lugares em terras soviéticas acham-se estrangeiros. Na África e na Ásia, um número ainda maior de nações pós-imperiais negociam seu estado de autoridade com uma diversidade de comunidades de descendentes cujas relações umas com as outras estão fortemente estruturadas pelos conquistadores europeus que se lançaram para além das fronteiras dos países, e estão agora tentando se manter. Enquanto isso, no espaço visível do Ocidente, principalmente da Europa, a afiliação como europeu rivaliza-se com os holandeses, os alemães, os italianos e outras identidades nacionais a um nível sem precedentes desde o aparecimento do estado-nação como a unidade básica da organização política.

Na realidade do discurso aprendido dos inúmeros intelectuais explica-se mais intensamente que todos os grupos populacionais, mesmo aqueles uma vez chamados '*raças*' são historicamente construções contingentes. Esta verdade é especialmente difícil de escapar nos Estados Unidos, onde casamento, coabitação e reprodução entre as '*raças*' tem crescido consideravelmente. É claro, o processo de racialização dos americanos não-brancos continua e nunca na história da república este processo teve mais contestação energética e nunca o conceito mesmo de raça tem sido mais persistentemente atacado. Mas muito além dos Estados Unidos, o fato físico, assim como o cultural, misturados confundem as identidades atribuídas. Esta mistura anuncia a questão do '*nós*' e conduz muitos indivíduos, especialmente nos países democráticos a pensar – sem dúvida ingenuamente em muitos casos, que podem responder a esta pergunta para si mesmos.

O ponto de alusão a estes eventos recentes é não insistir que o desafio que eles geram é completamente sem precedentes. Historiadores mais confiantes que eu, de seu próprio

conhecimento do grande passado de nossa espécie podem discutir sobre a singularidade do nosso medo, se o desejarem. Meu ponto aqui é mais modesto: estes eventos recentes tornam plausível supor que entre as maiores questões do século XXI é o problema da solidariedade, o problema da afiliação desejada.

Eu sugiro isto, sem sombra de dúvidas, pelo valor duradouro da clássica formulação para o século XXI da feita por Du Bois em 1903: "O problema do século vinte é o problema da cor". Mas as linhas entre as cores não são tão nítidas como eram há um século, ou até mesmo cinquenta anos atrás. Quando Du Bois morreu na África em 1963, o casamento entre cores foi proibido por lei na maioria dos países com grande população negra e negros americanos não tinham, ainda, os Direitos Civis e o Direito de votar. A significância da cor em si, mais ainda, é hoje mais vigorosamente contestada do que em qualquer tempo na memória, graças em grande parte aos homens e mulheres do século XX cujas ações concretizaram a profecia de Du Bois.

Quanto mais chegamos a ver o código de cores da "raça" como artefatos, como contingência da ação humana mais do que causa primordial dela, mais a cor da linha assume o seu lugar entre distinção social que pode ou não ser a base para a atribuição ou a escolha de afiliações. Para certificar-se, uma licença poética está implícita em qualquer afirmação que qualquer problema simples defina um século. Eu invoco e rivalizo com a hipérbole de Du Bois que só convém ao que eu tomo como sendo a escala e a profundidade do problema da solidariedade.

Se Du Bois estivesse conosco hoje, ele estaria provavelmente entre os primeiros a alertar que é fácil de exagerar o grau de escolha aberto pelas transformações históricas às quais eu aludi anteriormente. O problema da solidariedade está inevitavelmente alocado dentro de outro conjunto de constrangimentos históricos, incluindo o modo pelo qual o poder é distribuído em qualquer ambiente social. Alguns indivíduos têm muito mais autoridade sobre as suas próprias afiliações do que outros, e a cor continua a desempenhar um papel importante nestas determinações. Os estudiosos que têm nos lembrado do status decididamente artesanal dos grupos populacionais considerados primordiais também entenderam, em grande parte, que os artefatos podem estar profundamente enraizados. Contingência não significa reorganização fácil. No entanto, apenas quando as fontes de coesão social não estão bem fixadas é válido falar de solidariedade como um 'problema' ao invés de simplesmente uma condição.

E na ausência de fixidez, a tensão desenvolve o que conduz ao problema da solidariedade, ou sua estrutura sociopsicológica. A tensão entre as necessidades para 1) um profundo sentimento de pertencimento social, permitindo intimidade e promovendo o intercâmbio eficaz e 2) uma ampla aliança permitindo uma defesa mútua e facilitando uma maior gama de atividades sociais e culturais. Esta tensão entre o impulso para concentração (segurando para sua origem familiar; aderindo a sua própria natureza; consolidando a riqueza de sua herança) e o impulso para a incorporação (expandir seus horizontes; assumir a grandeza do mundo tanto quanto puder; tentar localizar as fontes de seus problemas, ainda que remotos), está aumentado tanto economicamente assim também como os sistemas comunicacionais que permitem ostensivamente que forças distantes caiam sobre os 'lares'.

O aquecimento global é um exemplo conveniente de ameaça para todos que dificulta o engajamento do ponto de vista de qualquer solidariedade menor do que as espécies. Mas qualquer solidariedade que tem capacidade suficiente para agir eficazmente sobre problemas localizados numa grande arena é pouco adequada para satisfazer a necessidade humana de pertencimento. E qualquer solidariedade por pequena que seja para servir a necessidade de pertencimento não pode ser esperada para responder efetivamente aos desafios comuns de uma imensa e muito heterogênea população. Para se ter certeza, pode-se ter múltiplas afiliações, muitos 'nós', alguns mais que outros. Que todos nós temos múltiplas identidades (nacionais, etnoracial, religiosa, sexual, geográfica, ideológica, profissional, geracional, etc.) e que somos capazes de muitas outras solidariedades, aqui amplamente entendidas. Mas as energias e recursos e afeições dos indivíduos não são infinitos. Há prioridades a serem definidas.

Daí o problema de solidariedade tem uma estrutura político-econômica, bem como uma social-psicológica. Podemos falar de uma 'economia política da solidariedade' porque a solidariedade é um bem escasso distribuído pela autoridade. Se a identidade é entendida como monolítica ou múltipla, durável ou contingencial, ela tem uma economia política que é muito frequentemente negligenciada pelos teóricos que distinguem claramente entre 'a política do reconhecimento' e a 'política da distribuição'. A matriz, que deve sua popularidade a Charles Taylor, é comumente pensada para implicar o reconhecimento dos apelos psicoculturais da personalidade e suas intimidades de sustentação, especialmente envolvida com uma herança dos esquecidos e maltratados.⁶ Em contraste a esta variedade de política está o tipo mais convencional, entendido a ser sobre a distribuição de mercadorias de uma sociedade. Mas identidade, quando entendida como performática, é também uma variedade de mercadorias. Para quais afeições, recursos e energias pode-se fazer um apelo especial, e quem tem o apelo especial sobre suas próprias necessidades? É central na história do nacionalismo, que se tem usado o poder do estado para estabelecer identidades nacionais, entendidas como performáticas, e assim se cria uma coesão social em certos termos em detrimento de outros.

O exemplo de nacionalismo pode nos lembrar do papel do poder do Estado na economia política da solidariedade. O estado, comumente, exerce grande autoridade ao persuadir as pessoas de que a identidade de seu grande chefe é com a nação, ostensivamente representada pelo estado. Mas um estado pode também exercer grande autoridade sobre subgrupos de afiliações através de sistemas de classificação que ele adota, sempre na forma de censo. Os debates sobre as categorias censitárias dos Estados Unidos oferecem um painel revelador sobre a economia política da solidariedade. Apesar de as afiliações religiosas serem de grande importância para muitos americanos, especialmente desde os anos dos ataques do onze de setembro que aumentaram o significado da identidade muçulmana, o censo não contou as pessoas pela religião. Esforços para colocar a religião no censo foram repetidamente rejeitados, mais recentemente na época do censo de 1960.⁷ As categorias primárias para afiliações de subgrupos nos Estados Unidos têm sempre sido, e permanecem, aquelas fisicamente marcadas pelos descendentes, embora o propósito do estado na coleta de informações por raça e etnia tenha mudado ao longo de décadas, e é agora norteado pelo remédio da antidiscriminação. As categorias do censo são popularmente consideradas tipos naturais, em vez de artefatos políticos e assim poderosamente afetam a dinâmica da afiliação. Os mais importantes 'grupos identitários', então, são etnorraciais e a autoridade pela qual supostamente são atribuídas a estes grupos é supostamente suas próprias, quando na verdade não é.

Indivíduos que respondem ao censo são esperados que identifiquem a si mesmos de acordo com a cor dos grupos populacionais. A autoridade de fato na política econômica da solidariedade são as características físicas, especialmente cor da pele e forma do rosto, embora o direito de autoridade seja o desejo do indivíduo de ser classificado. Oficiais nos Estados Unidos não estão mais confortáveis com distribuição formal e legal dos indivíduos em grupos de acordo com a avaliação oficial de um indivíduo a partir de suas características físicas. Isto sugere as práticas dos governos nazista-alemão e o pré Mandela na África do sul. Assim, os Estados Unidos permitem que um indivíduo se identifique assim mesmo. Mas praticamente todas as agências privadas e governamentais que cuidam de todas as classificações etnorraciais esperam que o indivíduo escolha a mesma identidade que oficialmente o descreve a partir de sua aparência física. O censo pede ao indivíduo que ele registre sua decisão que alguém mais já fez sobre quem eles são.

O censo é somente o maior ponto para os 'debates da identidade' dos Estados Unidos nas recentes décadas. Estes debates têm sido, em grande parte, impulsionados por uma preocupação em distribuir a energia que constrói solidariedades. Nacionalistas de várias persuasões pressionam o valor da solidariedade nacional, arguindo que 'nós americanos' somos todos um só, juntos e deveríamos investir mais em nossas energias na nação menos do que nos interesses econômicos, religiosos ou etnorraciais. Defensores deste ou daquele 'grupo identitário' espera, e com razão, que uma identificação positiva com uma comunidade de descendentes é para transformar aquela

comunidade numa solidariedade capaz de avançar os interesses atribuídos à comunidade. O movimento para criar uma simples identidade/solidariedade ‘latina’ ou hispânica’ fora das populações derivadas das fontes migratórias do México, Cuba, Porto Rico, Argentina e Espanha é talvez o mais visível exemplo no presente. Mas a dinâmica é também aparente em relação aos grupos definidos pelo gênero, pela orientação sexual, religião, localidade e outras circunstâncias sociais. E na supremacia branca do passado americano, identificar como branco era, é claro, parte da solidariedade das pessoas brancas prontas para juntar-se ao exercício de poder sobre os não brancos.

O mascaramento da solidariedade pela noção quase-mística de identidade pode promover a violência, Amartya Sen lamenta em seu livro recente: *Identidade e Violência: A ilusão do destino*. Entende-se que a identidade é primariamente um processo de afiliação pé-no-chão, desmistifica-se a identidade e diminui-se a presunção de que as dinâmicas da afiliação são programadas por descendência física registradas nas características físicas. Quanto mais reconhecermos a contingência histórica do processo de formação da identidade / solidariedade, mais os valores cívicos podem ser atributos para abrir o debate sobre ele, e mais o respeito que devemos desenvolver pelas vontades individuais de que identidade pessoal ele é, vale dizer, decidir apenas a quem ele pertence. Atualmente os maiores defensores da ‘identidade política’ continuam a arguir que as identidades não são escolhidas, mas sim, mais descobertas do que manufaturadas. Identidades são ‘visivelmente marcadas no próprio corpo’, insiste Linda Martin Alcoff, ‘guiando, se não determinando o modo que percebemos e julgamos os outros e somos percebidos e julgados por eles’. Nesta visão, o processo de experimentar o que Alcoff chama de ‘identidade como uma saliência epistemológica e uma entidade ontologicamente real’ — embora complexa que processo deve ser — é ainda controlada pelas características físicas e as tradicionais respostas, sempre prejudiciais, que estas características têm gerado ao longo dos tempos.⁸ Alcoff e outros que tentaram ‘recuperar a identidade’ da crítica como o fez Sen são não menos ansiosos do que ele por querer promover um mundo mais justo e pacífico, mas para eles ‘identidade’ implica diretamente na formação da solidariedade ao longo de linhas predeterminadas decididamente, e, resiste à pesquisa e a avaliação escrupulosa de bases de pertencimento menos enraizadas no sangue e na história.⁹

Mas a mudança da identidade para a solidariedade está manifestada no turbilhão dos tratados recentes. Um grupo formidável de filósofos, sociólogos, historiadores e cientistas políticos apreciam as afiliações por descendentes, não como uma consequência natural das diferenças humanas, nas suas capacidades de escolha, mas sim como instrumentos disponíveis para a ação política e auxílio social. Os princípios pós-étnicos de ‘afiliação pelo consentimento revogável’ encoraja os indivíduos a unirem forças com outras pessoas com as quais se ‘identificam’, mas por escolha deles mesmos, apenas para o quanto de energia eles querem investir nesta ou naquela solidariedade, incluindo aquela fundada na ancestralidade comum.¹⁰ Proeminentes estudiosos destacam que esta nova corrente é recente, livros ambiciosos escritos por Kawame Anthony Appiah, Seyla Benhabib, Rogers Brubaker, Amy Gutman, John Lie e Roger Smith¹¹. Uma grande virtude de todos esses trabalhos é que cada um reconhece a necessidade de confrontar a questão do ‘*nós*’ num mundo de uma dinâmica global crescente.

Nenhuma fórmula única será aplicada em todas as situações em que a alocação de energias está em meio a uma variedade de sobreposições e, por vezes, afiliações concorrentes em jogo. O problema da solidariedade tem de ser abordado de forma diferente, dependendo das circunstâncias constituintes e culturais em que ela surge. Nossa situação histórica obviamente demanda grandes solidariedades, mas projetos universalistas podem negligenciar por sua conta e risco as necessidades de pertencimento e intimidade que alimenta o particularismo. A determinação para equilibrar as grandes e pequenas solidariedades subjaz por trás da floração prodigiosa de programas e propostas recentemente avançadas como ‘cosmopolitas’, que podem ser todas construídas como

uma família de respostas ao problema da solidariedade.¹² Muitas iniciativas cosmopolitas alertam contra o abandono prematuro do estado-nação.

Numa época de crescente migração com o crescimento da diversidade cultural, há muito a ser dito para a Nação secular e cívica como uma solidariedade central, capaz de garantir, pelo menos, os direitos humanos básicos e o bem-estar para os membros das sociedades demograficamente heterogêneas. Tal solidariedade promete mediar entre as espécies e as variedades de seres humanos mais criativamente e concretamente do que os programas universalistas e particularistas. Os exemplos do Canadá, França, Índia e dos Estados Unidos podem nos lembrar o quão extensivo é o espectro de possibilidades de tais solidariedades nacionais, desde a relutância francesa em reconhecer as afiliações menores do que a própria nação até ao refinado sistema da Índia de reconhecimento de subgrupos.

Mas meu objetivo aqui não é fingir ter resolvido o problema da solidariedade, apenas para registrar sua profundidade e ubiquidade, e para sugerir que nossos erros em lutar contra ele são mais frequentemente para o lado particular do que o universal. Há cada vez menos lugares que escondem forças que operam na arena global. ‘Não há esconderijo abaixo’, alertou um velho cantor gospel. Não há, também, esconderijo acima. Se não abraçarmos o mundo mais do que podemos, o mundo virá até nós, muito além daquilo que somos e entendemos e teremos menos controle sobre ele do que temos agora.

¹ Samuel Scheffer, *Boundaries and Allegiances: Problems of Justice and Responsibility*, in *Liberal Thought* (New York: Oxford University Press, 2001), 65

² Para uma comparação mais acurada de como a noção de ‘identidade’ é correntemente entendida e empregada numa variedade de nações ao redor do mundo, leia Nadia Tazi, Ed., *Palavras chave: Identity* (New York: The Other Press, 2004). O clássico estudo da História desta ideia nos Estados Unidos até 1980 é de Philip Gleason, “Identifying Identity: A Semantic History,” *Journal of American History* LXIX (1983):910-931.

³ Partes deste ensaio foram tirados do prefácio de um livro que está sendo lançado simultaneamente: David Hollinger, *Cosmopolitanism and Solidarity* (Madison: University of Wisconsin Press, 2006)

⁴ Para uma característica exemplar, veja <http://groups.msn.com/stampcollectingcommunity>, que é um website para uma comunidade de colecionadores de selos. Para outra ilustração do que se diz aqui, a prática da imprensa de usar o termo ‘comunidade global’ refere-se simplesmente a opiniões de uma variedade de líderes, assim como a manchete: “Comunidade Global derrota incursão de Gaza”, postado em 29 de junho de 2006 (uma nota a reações diplomáticas às ações militares por Israel):

http://www.worldnetdaily.com/news/article.asp?ARTICLE_id=50844

⁵ O Dicionário de Inglês Oxford data a primeira entrada da palavra solidariedade na metade do século XIX; e para a palavra comunidade como um corpo de pessoas, registra-se século XIV. O crédito dado ao desenvolvimento da solidariedade como uma ferramenta da teoria social é geralmente atribuído a Émile Durkheim. Seu uso mais frequente em épocas recentes em lugares onde a palavra comunidade é menos precisa, tem sido sempre empregada devido ao trabalho de Richard Rorty, especialmente no seu *Contingency, Irony, and Solidarity* (New York: Cambridge University Press, 1988).

⁶ Charles Taylor ET AL., *Multiculturalism and “The politics of recognition”* (Princeton, N.J.:Princeton University Press)

⁷ Para um estudo recente da volátil controvérsia do final dos anos 50 sobre as questões de se acrescentar a religião ao censo, ver Kevin M. Schultz, “Religion as identity in Postwar America: The last serious attempt to put a question on religion in the United States Census”, *Journal of American History* XCIII (September 2006): 359-384.

⁸ Linda Martin Alcoff, *Race, Gender, and the Self* (New York: Oxford University Press, 2006), 5. Este ambicioso tratado teórico é enfraquecido pela determinação de Alcoff em trazer as identidades etnoraciais para um simples espectro de análises com as identidades de gêneros, cujas conexões

a um físico binário cria alguns desafios diferentes para as análises mais do que as identidades existentes no amplo espectro das espécies de uma gama de cores e traços morfológicos. Os argumentos de Alcoff podem ser traduzidos para o vocabulário da solidariedade e, assim, construídos como fundamentos para as solidariedades que podem diminuir o tratamento equivocado das pessoas em relação ao sexo ou à cor. Mas Alcoff mesma se volta repetidamente à ordenação histórica das características físicas e assim confina de maneira aguda o domínio dentro do qual a formação da identidade/solidariedade pode ser esperada para acontecer.

⁹ Ver, por exemplo, muitas das contribuições para Paula M.L. Moya e Michael R. Hames-Garcia, Eds., *Reclaiming Identity: Realist Theory and the Predicament of Postmodernism* (Berkeley: University of California Press, 2000)

¹⁰ Eu desenvolvi este princípio no livro *Postethnic America: Beyond the Multiculturalis* (New York: Basic Books, 2006).

¹¹ Kwame Anthony Appiah, *The Ethics of Identity* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005); Seyla Benhabib, *The Claims of Culture: Equality and Diversity in the Global Era* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2002); Rogers Brubaker, *Ethnicity Without Groups* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2003); John Lie, *Modern Peoplehood* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2004); Rogers M. Smith, *Stories of Peoplehood: The politics and Morals of Political Membership* (New York: Cambridge University Press, 2003).

¹² Um conveniente compêndio de iniciativas recentes oferecido em nome do cosmopolitismo é a produção de Steve Vertovec e Robin Cohen, Eds., *Conceiving Cosmopolitanism: Theory, Context, and Practice* (New York: Oxford University Press, 2002). Para um vigoroso manifesto popular, veja Kwame Anthony Appiah *Cosmopolitanism: Ethics in a World of Strangers* (New York: W.W. Norton, 2006).